

A NARRATIVA HISTÓRICA: CENSURA, CONTROLE, LUTAS DE PODER

THE HISTORICAL NARRATIVE: CENSORSHIP, CONTROL, POWER STRUGGLES

Israel de Sá¹

RESUMO: Neste trabalho traçamos uma reflexão acerca da produção de narrativas históricas pela mídia jornalística, tecendo considerações sobre a produção de sentidos daí decorrentes. A partir da perspectiva genealógica de Michel Foucault, problematizamos, inicialmente, a relação entre censura/interdição, controle e vontades de poder na construção de regularidades históricas e na produção de efeitos de verdade; partimos, então, do contraponto entre as "lutas de poder" e a "luta de classes" invocada por Foucault no seu curso *A sociedade punitiva* e refletimos sobre a emergência das narrativas históricas. Ao final, como exemplo de análise, recortamos enunciados produzidos pela imprensa escrita acerca das ocupações de escolas por estudantes secundaristas ocorridas no Brasil em 2015 e 2016, verificando que as narrativas jornalísticas e históricas são constituídas tanto pelas possibilidades quanto pelas interdições do dizer.

PALAVRAS-CHAVE: narrativa histórica; Lutas de poder; verdade.

ABSTRACT: In this work we draw a reflection on the production of historical narratives from the news media, making considerations about the production of meanings derived therefrom. From the genealogical perspective of Michel Foucault, we first problematize the relation between censorship/interdiction, control and wills of power in the construction of historical regularities and in the production of real effects; we start from the counterpoint between the "power struggles" and the "class struggle" invoked by Foucault in his course *The punitive society* and we reflect on the emergence of historical narratives. In the end, as an analysis example, we pick statements produced by the written press about school occupations by high school students that occurred in Brazil in 2015 and 2016, to verify that the news and historical narratives are constituted as much by the possibilities as by the prohibitions of saying.

KEYWORDS: historical narrative; power struggles; truth.

A problemática do poder em Foucault e as produções de verdade

Que há um controle sobre as produções discursivas bem como fatores que contribuem para a rarefação dos discursos, disso sabemos há muito tempo, desde os primeiros trabalhos de Michel Foucault, tornados mais explícitos em sua fase genealógica², especialmente a partir de *A ordem do discurso*, de 1970, como nos faz ver

¹Professor adjunto do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL/UFU). E-mail: israeldesa@gmail.com

² Esta divisão em fases da obra foucaultiana, bem como da obra de outros autores ou mesmo de muitos campos de saber, tem apenas efeito heurístico e ajuda a nos situarmos na sua problemática geral. Sabemos que o percurso foucaultiano não é linear, é, ao contrário, movente, sinuoso, e que sua proposta arqueológica, por exemplo, não se encerra com o foco nas relações de poder e a emergência da problemática genealógica. De resto, o foco estabelece a divisão mas não apaga, evidentemente, as interseções. Quando Foucault trata de uma perspectiva genealógica isto coloca antes a problemática do

a célebre e tão batida passagem: “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” ([1971] 2004, p. 8-9). Retomando esta proposição, e deslocando-a para outro campo de saber, sobre o discurso e as práticas discursivas na perspectiva foucaultiana, Piovezani, Curcino e Sargentini (2014, p. 7) mostram que ele, o discurso, “é concebido como uma prática regular e reguladora ao mesmo tempo ‘cotidiana e cinzenta’ e constituída de ‘poderes e perigos’”.

Naquele texto, sua aula inaugural no Collège de France em dezembro de 1970, Foucault (2004) punha então luz na problemática do poder, das suas relações, e apresentava alguns dos mecanismos de controle e de delimitação dos discursos, mecanismos que contribuíam para a rarefação dos discursos, quais sejam: aqueles de exclusão, portanto exteriores e que “põem em jogo o poder e o desejo” (a interdição, a separação entre a razão e a loucura como um princípio de separação e rejeição e a vontade de verdade), e os internos, que exercem seu próprio controle e que estão na dimensão do acontecimento e do acaso (o comentário, o autor e a disciplina). O que torna, para Foucault, e retomando Piovezani, Curcino e Sargentini (2014, p. 9), o discurso “raro, regular, particular e contraditório é sua natureza histórica”, entendida como relações microfísicas de poder – é justamente nesse aspecto que constitui a ‘história do presente’ a que Foucault dedica seus trabalhos especialmente a partir do início dos anos 1970, com a problemática do *poder*, uma vez que relações de poder realçam as contradições e, também, as transformações promovidas na *ordem do discurso*.

Não se tratava, como também sabemos no que diz respeito a esses mecanismos, de controlar, censurar institucionalmente, consciente e intencionalmente, os discursos, os dizes e os saberes – ou melhor, nem sempre se tratava disso. Os regimes de exceção, e a ditadura militar brasileira, por exemplo, da qual tratarei brevemente neste trabalho,

presente, ou seja, de fazer uma história do presente que, neste caso, “não é apenas o contemporâneo. Trata-se de um efeito de herança e o resultado de uma série de transformações que é preciso apreender para compreender o que se passa de inédito atualmente” (CASTEL, 1997, p. 161, tradução nossa). É, desse modo, “a importância que a questão ocupa no presente que comanda a análise do passado” (CASTEL, 1997, p. 164, tradução nossa).

são casos, para não dizer exemplos uma vez que ruins, extremos, portanto particulares; o caso brasileiro, mais próximo de nós e cujos restos ainda nos cercam³, foi marcado por um processo cujos dizeres eram silenciados também pela força, ou seja, além dos próprios mecanismos de controle e rarefação dos discursos, o Estado, aparelhado, buscava controlar o que se dizia, o que era possível dizer, quem poderia dizer, sob quais condições e de que forma algo poderia ser dito, como uma extensão do mecanismo de interdição – porém, tudo isso sob o crivo da censura institucional e da mais terrível repressão. Nem tudo era dito também porque se poderia sofrer as consequências dessa repressão e registros nesse sentido não faltam para exemplificar⁴ – voltaremos a isso mais adiante.

O que se nota atualmente, por sua vez, quando se trata de um certo “controle do dizer”, ao contrário da censura explícita dos Estados de exceção, é uma relação que emerge de um paradoxo: uma visibilidade dos apagamentos, ou, ainda, um dizer manifesto de uma certa “censura”. Se a interdição, sem se desvencilhar da vontade de verdade, para Foucault (2004), revela e faz emergir vozes de poder, ou de autoridade, que somente elas são autorizadas a dizer o que se diz, por outro lado, inscreve a resistência e instaura efetivamente a luta pelo dizer e, certamente, pelo poder.

Há um debate, nesse sentido, na atualidade que perpassa nossa sociedade e realça essa “censura” silenciosa, quer dizer, a luta por um dizer supostamente verdadeiro que acaba por silenciar, apagar outras verdades possíveis – a *verdade*, nesse sentido, nada mais é que uma construção, uma possibilidade, um efeito –; no entanto, mais uma vez paradoxalmente, trata-se de uma censura dita. O fluxo de informações e de análises que circulam nos mais diversos meios de comunicação, por exemplo, realçam a disputa constante pela escrita da história – é sempre importante nos questionarmos, talvez hoje mais que sempre dada nossa realidade política, no Brasil em

³ Duas coletâneas de textos tratam particularmente dos “restos da ditadura”, são elas: *O que resta da ditadura: a exceção brasileira* (TELLES; SAFATLE, 2010) – esta decorrente de colóquio realizados na Universidade de São Paulo (USP) em 2008 – e *Ditadura: o que resta da transição* (PINHEIRO, 2014).

⁴ Os casos de repressão política efetivados pelo regime militar entre os anos de 1964 e 1985 e conhecidos até aquele momento são revelados e divulgados por meio do relatório apresentado, em dezembro de 2014, pela Comissão Nacional da Verdade, disponível na íntegra em seu site na internet: <www.cnv.gov.br>. Acesso em: 17 fev. 2017. Além deste trabalho, contribuem para um processo de *institucionalização da(s) memórias(s) da ditadura militar brasileira* as diversas comissões de verdade criados em regiões, estados e municípios brasileiros.

especial, sobre o papel da mídia na escrita da(s) história(s) –, ou de uma história (ou, ainda, de uma narrativa) que se quer a verdadeira e que deve circular, em detrimento de “outras histórias/narrativas possíveis”. A disputa pelo dizer e, por consequência, pela narrativa histórica põe luz sobre as relações de poder que se instauram em nossa sociedade, e é dela que queremos tratar neste texto – uma vez que a disputa pelo dizer coloca na ordem dia também dizeres sobre o poder e o controle.

Voltemos a Foucault!

Nas aulas finais de seu curso ministrado no Collège de France em 1972-1973, publicado como *A sociedade punitiva*, Foucault trata mais especificamente das relações de poder (das disputas pelo poder) em oposição, em alguma medida, às relações de classe (ou à luta de classe). Entre as recusas foucaultianas a quatro esquemas teóricos que até então comandavam as análises feitas sobre o poder, que delineiam as discussões da última aula do curso, de 28 de março de 1973, é a primeira a que mais nos interessa neste momento, qual seja, o *esquema da apropriação do poder*, ou seja, de que algumas classes, as dominantes, possuem o poder enquanto as dominadas apenas sofrem seus efeitos de dominação. Ora, Foucault (2015, p. 207) nos faz notar, já de início, que:

[...] a fórmula ‘tal classe tem o poder’ é uma fórmula que tem seu valor político, mas não pode servir a uma análise histórica. Porque o poder é coisa que não se possui, por várias razões. Primeiramente, poder é algo exercido em toda a espessura, em toda a superfície do campo social, segundo todo um sistema de intermediações, conexões, pontos de apoio, coisas tênues como família, relações sexuais, moradia etc. Por mais finos que sejam os capilares da rede social a que chegemos, encontraremos o poder, não como algo possuído por alguém, mas como algo que passa, se efetua, se exerce.

Isso se dá, como se faz notar, porque o poder não se possui, mas, ao contrário, o poder é exercido em toda a sua espessura. Em segundo lugar, consegue-se ou não exercer o poder. E, por fim, o poder nunca está inteiramente de um lado. “O poder não é monolítico. Nunca é inteiramente controlado de certo ponto de vista por certo número de pessoas. A cada instante, ele se desenrola em certas disputas singulares, com inversões locais, derrotas e vitórias regionais, desforras provisórias” (2015, p. 208). Está, portanto, rompida aqui a ideia de que o Estado, de modo geral, ou um grupo dominante, de modo particular, é detentor do poder e todas as demais instâncias estão a ele subjugadas – tomado em sua positividade, o poder produz e inscreve as relações

também de resistência –; além disso, numa extensão, rompe-se também com a ideia corrente da qual tratamos há pouco de que as classes dominantes detém o poder e, por isso, dominam inteiramente aquelas que não o possuem. Nesse sentido, ainda acrescenta Foucault, “um movimento de revolta, portanto, não consiste tanto em destruir os elementos do poder quanto em apoderar-se deles e colocá-los em funcionamento” (2015, p. 29); as relações de poder, nos momentos de revolta, de sublevação, de resistência, como veremos em nosso breve exemplo de análise, mais adiante a respeito de recentes manifestações de resistência ocorridas no Brasil, constituem-se na inversão, uma vez que são exercidas em outro sentido.

A crítica foucaultiana é então deslizada para a centralidade da noção de *ideologia dominante*⁵ nas relações de poder, que acabam por confundir as lutas de classe, dando a uns “o poder” e a outros apenas a possibilidade de serem subjugados, dominados e, por consequência, silenciados. Foucault (2015, p. 212), então, estende sua discussão sobre o exercício do poder em contraposição à detenção do poder:

[...] o poder não está preso a essa alternativa: ou ser pura e simplesmente exercido impondo-se pela violência, ou então esconder-se, fazer-se aceitar proferindo o discurso loquaz da ideologia. Na verdade, todo ponto de exercício de um poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação, não de ideologia, mas de saber; e, em compensação, todo saber estabelecido possibilita e garante o exercício de um poder. Em outras palavras, não se deve opor o que se faz ao que se diz, o mutismo da força à palração da ideologia. É preciso mostrar como o saber e o poder estão efetivamente interligados, não ao modo de uma identidade – saber é poder e vice-versa –, mas de forma absolutamente específica que obedece a um jogo complexo.

Em “Nietzsche, a genealogia e a história”, texto de 1971, Foucault já animava o debate em torno do *poder*, de suas *relações*, no trabalho genealógico, portanto fora de qualquer busca original – da origem⁶ –, e do sentido histórico, reiterando que a história

⁵Sobre a crítica à noção de *ideologia dominante*, ver também Foucault (2014).

⁶A crítica da “origem” em Foucault se dá, de acordo com Chartier (1997, p. 224-225, tradução nossa), “porque ela [a origem] justifica uma busca sem fim dos começos, porque ela anula a originalidade do acontecimento, supostamente já presente antes mesmo de seu aparecimento, a categoria mascara ao mesmo tempo a descontinuidade radical dos surgimentos, das ‘emergências’, irreduzíveis a toda prefiguração, e as discordâncias que separam as diferentes séries de discursos ou de práticas. Quando ela sucumbe à ‘quimera da origem’, a história introduz, sem jamais ter clara consciência, muitos pressupostos: que cada momento histórico é uma totalidade homogênea, dotada de uma significação ideal e única; que o devir histórico é organizado como uma continuidade necessária; que os fatos se encadeiam e se engendram em um fluxo ininterrupto, o que permite concluir que um é ‘causa’ ou ‘origem’ de outro”.

só pode ser “efetiva” se reintroduzir o descontínuo em seu próprio ser. Para isso, o filósofo aponta a importância de se trabalhar a (noção de) *emergência* que, segundo ele, “se produz sempre em um determinado estado de coisas. A análise [...] deve mostrar seu jogo, a maneira como elas lutam uma contra as outras, ou seu combate frente a circunstâncias adversas, ou ainda a tentativa que elas fazem – se dividindo – para escapar da degenerescência e recobrar o vigor a partir de seu próprio enfraquecimento” ([1971] 1979, p. 23). Essa noção de *emergência* é primordial para a análise histórica e o trabalho de Foucault que, retomando Nietzsche, estabelece “a entrada em cena das forças”, ou seja, investe na ideia de que há um jogo de forças nas lutas de poder, e que a emergência dos discursos depende desse jogo, sobrepondo-se, então, à “simples” relação de dominação entre classes, entre grupos.

Há já aí uma discussão importante sobre uma *física (ou uma microfísica) do poder*, que é retomada e que perpassa todo o curso de Foucault de 1972-1973 ao tratar das diferentes práticas de punição – práticas não discursivas, mas também discursivas: a conversão das relações de poder para as relações de saber. Foucault se apega às táticas punitivas porque quer definir, como nos faz ver já em sua primeira aula do curso, a partir daí as *relações de poder* efetivamente em ação através delas, ou seja, quer abordar essas táticas punitivas como *analísadores* das relações de poder – as táticas penais como “operações que encontram o seu lugar entre o poder e aquilo sobre o que se exerce o poder – são operações que se desenrolam inteiramente dentro da esfera do poder” (FOUCAULT, 2015, p. 12).

[...] a relação de poder nunca é estável nem conhecida uma vez por todas; mas está sempre nessa espécie de mobilidade. Não se pode então dizer poder e lucro, como se fossem análogos. O poder não deve ser equiparado a uma riqueza que alguns possuam; é uma estratégia permanente que se deve pensar sobre o pano de fundo da guerra civil. Também é preciso abandonar o esquema segundo o qual o poder, por meio de um contrato de tipo comercial, seria conferido a alguns pela vontade de todos [...]. O poder, o legalismo de que ele se serve, os ilegalismos que ele arregimenta ou aqueles contra os quais luta, tudo isso deve ser pensado como a maneira de travar a guerra civil (FOUCAULT, 2015, p. 208).

Se a perspectiva genealógica busca compreender adequadamente as rupturas e os desvios, ainda como mostra Chartier, é justamente dessas noções clássicas (totalidade, continuidade, causalidade) que ela deve se desprender.

A abordagem genealógica, então, da qual fazem parte os trabalhos foucaultianos de boa parte da década de 1970, conforme afirma Foucault em “Verdade e poder”, texto/entrevista de 1977, trata-se “de uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios do objeto etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimento, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história” ([1977] 1979, p. 7). Em sua genealogia do poder, portanto, Foucault busca entender como os sujeitos são objetivados por determinadas práticas discursivas, que, por sua vez, e em conjunto com práticas não discursivas, sustentam e concretizam os saberes.

A Análise do discurso e o deslocamento da problemática do poder em Foucault

Essa abordagem histórico/filosófica proposta por Foucault em torno das relações de poder e da caracterização das relações de saber é de suma importância para os trabalhos em Análise do discurso, especialmente para aquelas perspectivas que realçam a historicidade das produções languageiras. Dessa abordagem foucaultiana do *poder* propomos, ao mesmo tempo, sua retomada e deslocamentos para o desenvolvimento de uma análise discursiva, que está centrada na materialidade languageira. Nossa ideia aqui não é apresentar amplas análises discursivas, mas tentar pensar de que modo é possível incorporar na Análise do discurso a discussão proposta por Foucault das “lutas pelo poder”.

Conforme mencionamos no início e todos sabemos, há um confronto na mídia pelo dizer verdadeiro e este confronto tem sido explicitado em meio ao caos político/social instaurado no Brasil atualmente. Se tratássemos de censura e de interdição durante a ditadura militar no Brasil, por exemplo, veríamos que questões que envolviam lutas sociais e direitos humanos não eram enunciáveis em determinados lugares, como a grande imprensa, a não ser pela forma de resistência; não havia espaço de discussão na sociedade, que era regida por meio de interditos e pela repressão. Com isso, alguns temas eram colocados à margem, relegados à clandestinidade do dizer. Porém, rupturas na história trazem de volta certos enunciados e colocam no centro o que

estava antes à margem; a repetibilidade dos enunciados constitui sua marca na história e as diferentes produções de sentido.

Temas antes efetivamente e institucionalmente marginalizados são hoje colocados em debate nos mais diversos meios; contudo, isso não dá da mesma forma, com o mesmo peso, permitindo a construção de uma narrativa verdadeira – *a narrativa verdadeira* – sobre os mais diversos e polêmicos temas? Ou, de outro modo, se consideramos, na esteira dos trabalhos de Foucault aqui abordados, que há uma luta de poder e, por consequência, pela narrativa histórica, aparece aí uma censura e/ou um apagamento de possíveis dizeres para a constituição de *uma* – e não *a* – verdade dos fatos?

O historiador Robert Darnton, em debate⁷ recente no Brasil, afirmou que a censura deve ser frequentemente estudada como um ingrediente da cultura política, isto para além da mera oposição *censura versus liberdade*. Para ele, no entanto, a censura se refere ao poder monopolizado pelo Estado, às vezes pela Igreja, por exemplo, em vez de restrições de poder de todo tipo (DARNTON, 2016). É preciso, nesse sentido, segundo ele, entender a censura não apenas para condená-la, mas enquanto tentamos entendê-la, é preciso tomar uma posição, segundo ele, especialmente hoje, quando o Estado, com a ajuda de algumas ferramentas/corporações, como a mídia e as redes sociais, observa cada um de nossos movimentos.

Ora, na esteira de Foucault, podemos reorganizar a discussão no sentido de entender que, ao invés de o Estado se valer desses instrumentos para sustentar seu poder, há uma relação que também é inversa, de que essas corporações, também institucionais, provocam movimentos nessas relações de poder para sustentar suas posições e, ainda, sustentar um poder político do Estado, mas que não se revela monolítico nem ignora a resistência que aí se constitui.

Como breve exemplo de análise, então, observemos o caso político das ocupações das escolas e universidades públicas no Brasil, iniciado em 2015, especialmente no estado de São Paulo, na luta contra a chamada “reorganização escolar”, e amplificada em 2016, do Paraná para todo o Brasil, no combate à Medida

⁷ Trecho de sua conferência realizada em 2016 no Fronteiras do Pensamento, sobre “O que é e como opera a censura”, pode ser visto no site do Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e6AMc9h95nA>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

Provisória que propunha a alteração no formato do ensino médio e à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que promovia o congelamento de gastos público por vinte anos – num trabalho de mais fôlego, de pesquisa mais duradoura, na esteira das discussões aqui apresentadas, essas ocupações poderiam também funcionar como *analísadores* das relações de poder, como queria Foucault em *A sociedade punitiva*.

Nota-se, na mídia, uma disputa pela narrativa verdadeira, marcada por dizeres e silenciamentos, pela interdição de sentidos que promove a estabilização de outros. Se observamos, por um lado, a narrativa que a grande mídia (como o site G1, das organizações Globo) produz das ocupações, verifica-se o processo de deslegitimação e, mesmo, de criminalização do movimento que se constrói muitas vezes pelo recurso da voz de autoridade (política e institucional) que aparece para colocar em questão suas reivindicações e, ao mesmo tempo, mostrar como tal ato afeta negativamente a população brasileira, uma vez que causa transtornos a uma suposta ordenação cotidiana da vida em sociedade.

Vejamos, então, dois recortes cujos enunciados foram retirados de matérias referentes às ocupações estudantis no Paraná publicadas por aquele portal:

Exemplo 1 – G1 (08 out. 2016)⁸

Título: “Beto Richa diz que alunos não sabem por que estão protestando no Paraná”.

Subtítulo: “Alunos dizem ser contra medida provisória de reforma no ensino médio. Movimento Ocupa Paraná fala em 50 escolas ocupadas neste sábado (8)”.

Trecho: “O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), afirmou nesta sexta-feira (7) que os jovens que ocupam escolas no estado desde segunda-feira (3) não sabem por que estão protestando. Segundo Richa, os estudantes são usados por movimentos sindicais ‘numa perfeita doutrinação’”.

Exemplo 2 – G1 (05 nov. 2016)⁹

⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/estao-protestando-nao-sabem-nem-o-que-diz-richa-ocupacao-de-escolas.html>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

Título: “Enem será adiado para 240 mil alunos por causa da ocupação em escolas”.

Subtítulo: “Ao todo, 240.304 estudantes de 18 estados e também do Distrito Federal farão as provas nos dias 3 e 4 de dezembro”.

Trecho: “A ocupação de escolas por razões políticas aumentou o número de estudantes prejudicados, que não podem fazer neste fim de semana as provas do Enem.

Os novos números foram apresentados por Mendonça Filho, ministro da Educação, e pela Maria Inês Fini, presidente do Inep”.

Ambos os recortes sustentam a argumentação, em primeiro plano, pelo recurso à voz de autoridade que sustenta um dizer oficial/institucional e, portanto, legítimo e verdadeiro. No primeiro, esta voz (que se representa pela figura de Beto Richa, governador do estado do Paraná) é levantada logo no título e retomada em trecho da reportagem como voz que desautoriza as manifestações de resistência às reformas governamentais; seu nome é posposto por verbos de dizer “supostamente neutros” que realçam um lugar de verdade. De outro modo, no segundo exemplo nota-se a apropriação de dados que circulam por meio do discurso oficial, veiculados nas vozes do ministro da educação e da presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(Inep), que estabilizam os sentidos e salientam o prejuízo causado a estudantes que deixariam de fazer, na data prevista, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Verifica-se, na relação entre as duas reportagens que compõem um amplo conjunto acerca das manifestações estudantis ocorridas no segundo semestre do ano de 2016, a implicação de uma mesma *formação discursiva* que institui a desqualificação da resistência estudantil pelos “danos” que causa à sociedade. Em (1), a voz de autoridade (política e, portanto, institucional) contrapõe saber / não saber (manipulação): estudantes não sabem, portanto são usados para fins políticos, em função disso sua manifestação não é legítima; além disso, a emergência do termo “doutrinação”, neste

⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/11/enem-sera-adiado-para-240-mil-alunos-por-causa-da-ocupacao-em-escolas.html>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

caso, não é aleatória, uma vez que nas lutas de poder contemporâneas tal termo é retomado por grupos de direita e faz circular sentidos de submissão a ideologias de esquerda, que são desqualificadas. Em consonância, em (2), este não saber e própria “doutrinação” político-ideológica é que provoca os “danos” à sociedade: a ocupação/manifestação, por razões políticas de outros grupos (sindicais e de esquerda), não dos estudantes, é a causa do prejuízo. O que é interessante observar é que a voz de autoridade, e por consequência autorizada, política promove, paradoxalmente, a politização para descaracterizar e despolitizar o movimento de resistência estudantil: eles não sabem, portanto manipulados e doutrinados não conseguem perceber os prejuízos que causam a outros estudantes e à própria sociedade.

Por outro lado, outras narrativas são construídas e circulam por meio de outro tipo de mídia, que chamamos aqui de alternativa e ativista (casos dos Jornalistas Livres e da Mídia Ninja), que fazem emergir narrativas da (importância da) luta e da resistência política, em meio a um período de crise política e institucional –um período de exceção – da necessidade de questionar as políticas educacionais, sociais, econômicas, privatistas etc.

Exemplo 3 – Jornalistas Livres (site – 06 maio de 2016)¹⁰

Título: “Secundaristas são arrastados pela Tropa de Choque de dentro da escola ocupada”.

Subtítulo: “Tropa de Choque, portando armas de fogo, arrasta estudantes em reintegração de posse do Centro Paula Souza, na região da Luz. Alunos prometem resistir e seguir com ocupações em protesto contra a Máfia das Merendas no estado”.

Trechos: “Uma barreira de policiais militares separa a rua dos muros da Escola Estadual Fernão Dias Paes, em Pinheiros, zona oeste de São Paulo. Ocupada por estudantes, a maioria adolescentes, desde a manhã de terça-feira (10/11), a escola está isolada por fileiras de carros da PM, motos da Ronda Ostensiva de Apoio de Motocicletas (Rocam), homens da Força Tática e soldados da Polícia

¹⁰ Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/2016/05/secundaristas-sao-arrastados-pela-tropa-de-choque-de-dentro-de-escola-ocupada/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

Militar armados. Do lado de dentro alunos se revezam em vigília, cozinham e limpam o ‘Fernão’. Nada foi depredado”.

Imagens: Repressão policial aos estudantes que ocuparam o Centro Paula Souza, na região da Luz, em São Paulo; Repressão a jornalistas que cobriam a ocupação; Doações de estudantes a moradores de rua.

Exemplo 4 –Jornalistas Livres (Facebook – 10 nov. 2015)¹¹

Título: “Escolas em luta”

Texto: “Estudantes em ocupação da escola Fernão Dias Paes cuidam da sua escola. Eles mesmo organizam a preparação das refeições, a limpeza e a conservação do local, ao contrário do que diz a mídia tradicional, que se apressa em tachá-los como vândalos”.

Vídeo: Estudantes mostram como estão cuidando da escola ocupada e como se dá a organização do movimento.

Diferentemente dos modos de circulação dos discursos promovidos pela grande mídia, cujos sentidos que se produzem são aqueles da desqualificação dos movimentos sociais e de resistência, as ocupações estudantis ganham uma narrativa humanizada, mas também política, quando a cobertura é realizada pela mídia alternativa/ativista. Enquanto aquela realça a dicotomia ocupação/transtorno, esta qualifica o movimento de resistência como necessidade de progresso social e político. Ao contrário da forma como a grande mídia autoriza o dizer, que lá é oficial/institucional, a ativista dá voz aos ocupantes e inverte os sentidos da narrativa histórico-política.

No exemplo (3), o deslocamento para a repressão estatal é que constitui o dano, que é complementado, em (4), pelo modo como os estudantes “cuidam” e “organizam” a escola. Percebe-se um deslocamento na narrativa tanto para a situação precária da educação pública nacional, reiterada pela violência do Estado, quanto para a organização possível e humanizada apresentada pelos estudantes. Ao invés de danos para sociedade, com isso, o que se constitui é a organização realizada pela luta e

¹¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornalistaslivres/videos/328137493976801/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

possibilidade de uma educação inclusiva. No último exemplo, o confronto entre posições, entre formações discursivas, ganha corpo na construção de uma outra (ou nova) narrativa da resistência: “ao contrário do que diz a grande mídia, que se apressa em tachá-los como vândalos”. E nesse sentido, a própria ampliação dos recursos linguageiros – a utilização de imagens em (3) e de vídeo em (4) – recobre os sentidos da luta por melhorias e contrapõe o discurso de vandalismo: são vândalos aqueles que sofrem a violência do Estado? São vândalos aqueles que cuidam de sua escola e a mantêm organizada?

Breves apontamentos...

Este curto, mas importante, exemplo possibilita a compreensão das lutas de poder na constituição das narrativas históricas e dos sentidos de verdades. Para concluir nossa discussão, reconhecendo que não apresentamos uma análise discursiva aprofundada, uma vez que não era esta a nossa intenção, reiteramos a importância da abordagem foucaultiana para os estudos discursivos. A compreensão das lutas de poder, da *microfísica do poder*, é fundamental para uma análise que visa a interpretação dos sentidos que circulam em nossa sociedade. Com Foucault, das relações de poder, da constituição dos saberes, da sua análise genealógica, finalizamos com a questão arqueológica – que sustenta, também, o limite tênue daquela separação didática –: entre tantos enunciados, e mais, entre tantas narrativas possíveis, por que estes/estas e não outros/outras em seu lugar?

Os discursos que circulam em nossa sociedade pelo campo midiático fazem emergir sentidos nas lutas de poder. Narrativas são constituídas tanto pelas possibilidades quanto pelas interdições do dizer – aqueles são autorizados e constituem-se autoridades, os lugares de circulação e as posições assumidas por sujeitos históricos que produzem enunciados e que fazem circular discursos/sentidos, as relações intermitentes entre poder e verdade. Nas lutas de poder, dizeres e silenciamentos, visibilidades e opacidades atuam no jogo interminável das narrativas verdadeiras.

Referências

SÁ, Israel de. A narrativa histórica: censura, controle, lutas de poder. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, Edição Especial, v. 2 n 1, p.34-47, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).

CASTEL, Robert. Présent et généalogie du présent : une approche non évolutionniste du changement. In. AILLAGON, Jean-Jacques (dir.). *Au risque de Foucault*. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 1997, p. 161-168.

CHARTIER, Roger. Foucault et les historiens, les historiens e Foucault. Archéologie des discours et généalogie des pratiques: à propos de la Révolution. In. AILLAGON, Jean-Jacques (dir.). *Au risque de Foucault*. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 1997, p. 223-237.

DARNTON, Robert. *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979a, p. 15-37.

_____. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979b, p. 1-14.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *Do governo dos vivos*. Curso no Collège de France (1979-1980). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

_____. *A sociedade punitiva*. Curso no Collège de France (1972-1973). Trad. Ivone C. Banedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

PINHEIRO, Milton. *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice. Introdução: Michel Foucault na Análise do discurso. In. _____. *Presenças de Foucault na Análise do discurso*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014, p. 7-20.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

Recebido em julho de 2018.

Aceito em outubro de 2018.